



## **A ambivalência discursiva na cobertura jornalística: o discurso sobre as periferias em *Veja*<sup>1</sup>**

Dairan Mathias PAUL<sup>2</sup>

Mariana Nogueira HENRIQUES<sup>3</sup>

Aline DALMOLIN<sup>4</sup>

Isabel Padilha GUIMARÃES<sup>5</sup>

Ada Cristina Machado da SILVEIRA<sup>6</sup>

Universidade Federal de Santa Maria, RS

### **RESUMO**

As narrativas jornalísticas das áreas de fronteiras, tanto metropolitanas como nacionais, são construídas de forma padronizada, desconsiderando os locais de origem e o contexto em que estão inseridas, confirmando o caráter ambivalente da cobertura noticiosa desses temas. Através da análise discursiva de quatro matérias da revista *Veja*, observaremos como a publicação demonstra seu caráter disciplinar em reportagens policiais. Utilizaremos o conceito de ambivalência, presente em Bauman (1999) e Silveira (2009), além da apropriação do panóptico por Foucault (1979; 1987) para tratar das noções de “instituições austeras” e “carcerários”. A conclusão confirma a fragmentação da realidade em diferentes sujeitos e a homogeneização de discursos, igualando áreas e culturas diferentes pela perpetuação de estereótipos.

**PALAVRAS-CHAVE:** jornalismo; fronteira; favela; ambivalência; panóptico.

### **1. Introdução**

Nossas leituras diárias são recheadas de fatos jornalísticos, narrados de maneira padronizada e repetitiva, e muitas vezes, nos levam a confundir locais, tempos e

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no IJ 1 – Jornalismo do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 30 de maio a 1º de junho de 2013

<sup>2</sup> Bolsista Fapergs e estudante de graduação do 7º semestre do Curso de Comunicação Social - Jornalismo da UFSM. E-mail: dairanpaul@gmail.com

<sup>3</sup> Bolsista PIBIC-Cnpq e estudante de graduação do 7º semestre do Curso de Comunicação Social - Jornalismo da UFSM. E-mail: mariananhsm@yahoo.com.br

<sup>4</sup> Bolsista de estágio pós-doutoral PNPd-Capes do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Midiática da UFSM. E-mail: dalmoline@gmail.com

<sup>5</sup> Bolsista de estágio pós-doutoral DOCFIX-Capes/Fapergs do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Midiática da UFSM. E-mail: dalmoline@gmail.com

<sup>6</sup> Orientadora do trabalho. Doutora em Jornalismo pela Universidade Autônoma de Barcelona. Professora associada III do Departamento de Ciências da Comunicação e Programas de Pós-Graduação em Comunicação Midiática e Extensão Rural da UFSM. Coordenadora do grupo de pesquisa Comunicação, Identidades e Fronteiras. E-mail: ada.machado@pq.cnpq.br



acontecimentos. Por exemplo, matérias que tratam o espaço da favela genericamente, apresentando uma foto com uma vista panorâmica, sem indicar especificamente de qual se trata. Dessa forma “deglutimos” as notícias como se já soubéssemos de onde e de quem se fala, porque já nos é oferecida a própria interpretação “preconceituosamente pronta”.

A problematização das narrativas jornalísticas se dá por estarem guiadas por uma conceituação de sociedade que hegemoniza a todos, padroniza ações, costumes, conceitos, modos de agir e pensar. De acordo com Valsiner (2012), todos nós parecemos saber o que é e o que deseja nossa sociedade e a mídia, a seu modo, ajuda a disseminar essas verdades e ditar soluções.

[a sociedade] é uma história mítica coletivamente criada e partilhada, que funciona como um signo [...] e que, uma vez contadas (e recontadas) criam um campo social que opera por meio de normas construídas; estas normas terão impacto orientador real sobre seres humanos reais. A sociedade é uma teia mitológica que cria condições muito reais para as vidas de seres humanos nela imersos (VALSINER, 2012, p.67).

Também de acordo com Valsiner (2012), enquanto a sociedade é uma ficção muito conveniente, porque supõe uma unidade entre pessoas, espaços, modos de vida, organização social e conduta, a comunidade seria o espaço em que pessoas reais vivem em seus ambientes sociais imediatos. Atualmente, na modernidade, “pertencer a uma comunidade e participar de uma sociedade é um processo de inevitável ambivalência” (VALSINER, 2012, p.81).

Essa ambivalência é percebida em termos discursivos nas matérias sobre as fronteiras internacionais do Brasil e as fronteiras metropolitanas, que embora geográfica e culturalmente diferentes, são tratadas sob os mesmos parâmetros comunicacionais, seguindo padrões universais de informação. Desta forma, perpetuam-se estereótipos e preconceitos já enraizados no imaginário social, que desconsideram as particularidades das comunidades envolvidas e alçam todos à categoria de sociedade, levando a certa homogeneidade.

De acordo com Bauman (1999), um dos principais teóricos do tema, a noção de ambivalência é fundamental, pois ela é o ponto central para o entendimento da sociedade moderna.

A ambivalência é, provavelmente, a mais genuína preocupação e cuidado da era moderna, uma vez que, ao contrário de outros inimigos derrotados e escravizados, ela cresce em força a cada sucesso dos poderes modernos. Seu próprio fracasso é que a atividade ordenadora se constrói como ambivalência. (BAUMAN, 1999, p. 23)

Conceituando o termo ambivalência, Silveira (2008) afirma:



A questão da ambivalência remete para os termos ou enunciados que tenham sentidos opostos, embora sejam ambos considerados como válidos. No Latim *ambi* (com o sentido de ambos) e *valentia* (de vigor, coragem pessoal), expressam a dúvida, incerteza ou indecisão quanto ao que poderá suceder. Trata-se de uma forma particular de ambiguidade. (SILVEIRA, 2008, p.18)

Ao falarmos sobre fronteiras, uma das conceituações mais comuns é a encontrada nos dicionários, como a retirada do Caldas Aulete (2008): “Fronteira: Linha divisória entre territórios ou países. Divisa. Limite. Região próxima a essa divisa. Sentido figurado: limite de (atitude, rendimento, situação, etc): fronteira da resistência”. Mas a abrangência do conceito de fronteira vai além de uma divisão estritamente geográfica, e hoje, mais do que nunca, pode também delimitar classes sociais e econômicas, e mais amiúde, o limite entre o eu e o tu, o nós e os outros.

Pode ser definida como limite externo da primeira pessoa na forma em que esta se move. Este espaço é “nosso”, “meu próprio espaço”, “culto”, “seguro”, “harmoniosamente organizado”, e assim por diante. Em contraste, o espaço “deles”, é “outro”, “hostil”, “perigoso”, “caótico”... A fronteira pode separar os vivos dos mortos, povos assentados e povos nômades, as cidades das planícies; pode ser uma fronteira de estado, uma fronteira social, nacional, confessional, ou de qualquer outro tipo (LOTMAN, 1990 apud VALSINER, 2012, p.78).

Neste sentido, são retratadas nas matérias jornalísticas as fronteiras metropolitanas, representadas pelas favelas e as fronteiras internacionais, que configuram os limites geográficos entre países, e trazem problemas de ordem social, que interferem nas suas questões internas. Apesar das diferentes localizações, a mídia os iguala baseada em problemas supostamente “característicos” e “comuns” a esses lugares. Vaz (2006) observa como as notícias de crime dão consistência espacial a certas regiões da cidade.

Para existir lugar, é preciso haver fronteiras e uma estrutura interna que o singularize; senão, essa porção do espaço não se destacaria, pertencendo a um conjunto maior. No noticiário de crime se reúne uma multiplicidade de lugares distintos sob o termo favela, através de signos de negatividade em relação á ordem da cidade (VAZ, 2006, p.241).

No trecho acima, autor se refere ao espaço da favela, mas aqui, pode-se traçar uma analogia com o noticiário sobre as fronteiras nacionais. Um exemplo da relação entre favelas e fronteiras pode ser percebido na matéria *Rio, cidade aberta*, em que, através de gráficos e fotos expõe-se o percurso da cocaína num ciclo que inclui a sua produção, fornecimento e



distribuição, desde a sua plantação em países vizinhos como Bolívia e Peru, passando pelo refino e transporte até a fronteira com o Paraguai, para posterior distribuição nas favelas da cidade do Rio de Janeiro. Observa-se, no exemplo dado, um discurso que é, marcadamente, beligerante.

A mangueira está entre as dez favelas que abrigam as quadrilhas mais fortes do Rio, vendem grandes quantidades de drogas, tem mais poderio bélico e maior importância estratégica para as facções ligadas ao tráfico como o Comando Vermelho, os Amigos dos Amigos e o Terceiro Comando (...) A formação básica da boca inclui um olheiro – responsável por avisar os traficantes da aproximação de inimigos – e não mais do que cinco “soldados” que armados com fuzis permanecem ocultos em pontos estratégicos.

O enquadramento jornalístico atual busca a conversão desses locais em corredor exportador de drogas e armas. Tanto a fronteira como a favela são vistas como terra de ninguém, através do enfoque de tensão e desordem.

Para além do preceito canônico de informar com objetividade, o agenciamento jornalístico mantém a noticiabilidade sobre as periferias numa condição ambígua que enquadra seus acontecimentos indistintamente ou como alarmes de incêndio ou dispositivos panópticos que alertam continuamente a comunidade nacional/local para seus perigos. (SILVEIRA, 2009, p.1)

A forma como a mídia vem tratando o tema reforça a separação e o preconceito com estas áreas de periferia, segregando elementos de uma mesma sociedade e traduzindo a dificuldade em se aceitar o diferente, as manifestações contrárias e oriundas de outras comunidades. Segundo Silveira (2009, p.166), “em todas elas [coberturas] reforça-se um imaginário de que nessas localidades não há modo de vida pacífico e organizado”. Cria-se o “lado de lá” e o “lado de cá”, em que uma parte pretende deter o poder e o comando sobre a outra.

O *corpus* de análise deste artigo é a edição 1990 da Revista Veja, de 10 de janeiro de 2007, que traz o Especial Crimes<sup>7</sup>, de 41 páginas, com 16 matérias relacionadas a criminalidade nas áreas urbanas brasileiras.

## 2. Discurso e disciplina em Foucault

---

<sup>7</sup> Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>> Acesso em: 16/04/2013.



Os discursos, além de narrarem o mundo, o fazem mostrando a forma como deve ser vivido. Estabelecem valores do bem e do mal, do normal e do patológico, do funcional e do excluído. Podemos dizer, portanto, que o discurso determina quem é passível de ocupar o lugar do poder e por que esse lugar é importante. Tais posições variam com o tempo, uma vez que cada época da História tem o seu discurso dominante marcando uma verdade (basta lembrarmos da Igreja Católica na Idade Média, por exemplo).

A verdade aparece no discurso em um jogo de oposições e isolamentos de campos (GOMES, 2003, p. 45), no que Foucault denomina de relações de poder - exclusões, interdições, embates, coerções; enfim, relações de forças. Daí, concluímos que o discurso é um instrumento disciplinador. Ele pode funcionar como um dispositivo dado em um discurso específico, em que a educação está pressuposta através do que é permitido e do que é proibido. Há, por trás do discurso, um sistema de regras que já estão internalizadas no indivíduo desde a aprendizagem dual da língua - vide as noções de masculino/feminino, sujeito/objeto.

Deve-se compreender também que a disciplina opera através da normatização discursiva (GOMES, 2003, p. 57). Significa que a regra imposta pela disciplina, no seu discurso, é a regra da norma, do que deve ser considerada como natural, e não como regra jurídica. Portanto, o dispositivo disciplinar opera juntamente com a visibilidade, com o que podemos - e devemos - ver. A educação trabalha sobre dados já dispostos e nos ensina a nos comportarmos no mundo.

Segundo Gomes (2003, p. 62), a principal função de uma sociedade disciplinar é educar, corrigir e isolar os desajustados, ou *outsiders*<sup>8</sup>. Eles são a relação direta entre irregularidade e crimes: o desvio e a anomalia são os antigos adversários do soberano, que aplicava o suplício para restituir a ordem simbólica através da morte reproduzida no crime. Estes passam a ser inimigos sociais - seres desviantes e anômalos que trazem consigo o “perigo múltiplo da desordem, do crime, da loucura” (FOUCAULT, 1987, p. 248). Deve-se também levar em conta que o desviante é assim considerado sempre em relação a uma ordem já instituída, atribuída com naturalidade. A reflexão sobre o desviante deve abarcar questões como desvio *do que e de que* ordem. (GOMES, 2003, p. 70-71)

---

<sup>8</sup> Para Becker (1963), o desvio é criado por grupos sociais que estipulam determinadas regras. Estas, quanto infringidas, constituem o desvio e, se aplicadas a pessoas particulares, constituem os *outsiders*. Logo, o ser desviante seria uma consequência da aplicação de regras por outros - e estes mesmos outros, visto pelo ser desviante, também podem ser considerados como *outsiders*. “Em vez de perguntar por que desviantes querem fazer coisas reprovadas, seria melhor que perguntássemos por que as pessoas convencionais não se deixam levar pelos impulsos desviantes que têm” (p. 37).



Uma das táticas para o controle dos desviantes já foi explicitada: o isolamento. Ela é citada por Foucault (1987, p. 199) como um dos princípios para o bom funcionamento de uma prisão. Atentaremos para essa questão mais à frente, em nossa análise das matérias de *Veja*. Há ainda a noção de panóptico explorada por Foucault e apropriada de Jeremy Bentham. Trata-se da internalização da visibilidade e, por consequência, da disciplina, num modelo disciplinar em que tudo e todos são vigiados. No âmbito social, podemos entender que o panóptico é o contrário da exclusão: ele inclui, por meio do controle das estratégias disciplinares. É justamente a potencial visibilidade que induz o indivíduo a agir "nos conformes".

Na análise das matérias de *Veja*, utilizaremos uma distinção teórica trabalhada por Foucault (1987) entre disciplina bloco e disciplina mecanismo. A primeira refere-se às instituições operantes que visam romper a comunicação entre os desviantes e fazer parar o mal. Já a disciplina mecanismo é o dispositivo funcional voltado a melhorar o exercício do poder e torná-lo mais eficaz, reportando a "um desenho das coerções sutis" (FOUCAULT, 1987, p. 173) que se delineiam no mecanismo panóptico. Esta refere-se, portanto, a uma transição do esquema da disciplina de exceção, representado pela disciplina bloco, ao da vigilância generalizada, princípio implantado a partir da consolidação de uma sociedade disciplinar.

Em nossa apropriação metodológica, a disciplina bloco operacionaliza-se a partir das instituições austeras, representadas, em nosso corpus, pelas prisões, responsáveis por separar, hierarquizar e isolar os indivíduos desviantes do restante da sociedade. Já a disciplina mecanismo, regida pelo princípio da visibilidade, clama aos carcerários no sentido destes atuarem no combate à delinquência e à ilegalidade. Neste contexto, o discurso de *Veja* materializa nos carcerários a responsabilidade pelo funcionamento da máquina panóptica ao controlar, vigiar e penalizar toda a sociedade.

A partir destas duas categorias (instituições austeras e carcerários), analisaremos como as matérias de *Veja* visam disciplinar o leitor através do argumento do panóptico.

### **3. Análise das reportagens de *Veja***

O editorial ou carta ao leitor é o espaço utilizado pelo veículo para expressar suas opiniões acerca de algum assunto tratado na revista. "Através do editorial fica explícita a lógica pela qual a empresa jornalística enxerga o mundo; ela indica seus valores, aponta seus paradigmas e influencia decisivamente na construção de sua mensagem". (PENA, 2005, p.55). No caso desta edição de *Veja*, ao definir os locais de pesquisa, com o envio de repórteres para



as áreas consideradas de “alto risco”, como as “favelas e fronteiras ermas do Brasil”, evidencia-se a ambivalência existente na cobertura midiática destas regiões. As matérias, assim como o editorial, traçam o percurso da criminalidade e relacionam as fronteiras como porta de entrada para o crime, através do tráfico de drogas e o contrabando de armas, que alimenta a criminalidade nas favelas.

Todas as matérias são identificadas por um selo composto da palavra Crime, em vermelho, perfurado por uma bala, indicando ao leitor o conteúdo impactante e dramático das reportagens. As fotos e gráficos conduzem o leitor, durante a narrativa, e pretendem dar veracidade aos fatos apresentados. Entretanto, a abundância de gráficos, estatísticas e imagens, não necessariamente traz mais informação e, ao contrário, pode estar a serviço do sensacionalismo jornalístico.

A cobertura de segurança pública ainda é dominada pelo senso comum e pelo enfoque policial, enquanto a saúde, educação, economia, são áreas há muito reconhecidas pela sociedade e pela mídia como campos especializados de estudo, nos quais deve haver análises baseadas em informações, não apenas em fatos soltos, impressões e “palpites”. A medida que a segurança vem se tornando, ela também, um campo especializado, é importante que os jornais se valham da massa de informações produzida pelas instituições de pesquisa, tornando a cobertura da área mais aprofundada e qualificada. (MUSUMECI, 2007, p.151)

As imagens apresentadas apelam para o lado emocional como, por exemplo, as fotos da reportagem “A mais perfeita tradução do crime”, que mostram um homem encapuzado, apontando uma arma em direção ao leitor, que se sente o próprio alvo. Compõe a página, ainda, a imagem de um vidro estilhaçado, com traços de sangue, o que aumenta o impacto remetendo diretamente a elementos relacionados à violência. É apresentado um gráfico com informações sobre a participação da cidade de São Paulo no total de crimes cometidos no Brasil. A lógica de articular o emocional e o racional permeia a construção do Especial. Na matéria “Quando olhei para o lado, já tinha arma na cabeça”, o texto relata, em primeira pessoa, a história de um homem que foi vítima de sequestro relâmpago. Durante a narrativa, o texto apela para o emocional, provocando uma identificação do leitor com o protagonista. Como na matéria anterior, é apresentado um gráfico relativo ao crime de sequestro relâmpago, apresentando as circunstâncias em que ocorre.

As reportagens foram organizadas de forma a apresentar o problema e propostas de solução. Duas matérias abrem a edição especial de *Veja* sobre crimes: “O Brasil que não pune...” e “... e o Brasil que pune mal”. Ambas, além de introduzirem o tema ao leitor, já deixam claro o posicionamento da revista. O argumento principal de “O Brasil que não



pune...” é a falta de prisões no país: a criminalidade existe porque se prende pouco; prende-se pouco não porque há superlotação em prisões, mas devido à sua escassez. A solução é dada nas últimas linhas da reportagem: “no plano geral, no entanto, a saída é construir mais cadeias. E prender, prender, prender”. Atentemos também para as estratégias discursivas da revista, persuadindo o leitor. Antes de escrever que “a impunidade brasileira é o principal combustível do crime”, *Veja* adverte: “não tenha ilusões”, como a sublinhar que esta é a solução final para a violência. Ainda, a revista se autorreferencia como mantenedora do discurso correto acerca da criminalidade, afinal “só a compreensão exata dos limites desse fenômeno é capaz de depurar a contaminação ideológica do fraco debate criminal e dissipar os mitos criados por seu déficit de racionalidade”. É *Veja*, portanto, quem liderará a discussão sobre a violência na compreensão ampla de todos os fenômenos da criminalidade. O pressuposto é de que todos os pontos de vista serão trazidos ao leitor.

Na continuação, “... e o Brasil que pune mal”, argumenta-se que a ressocialização e a humanização dos presidiários apenas aumentaria a criminalidade. Apresenta-se também um dos principais argumentos que se mostrará evidente no decorrer das matérias: a ausência do Estado, como por exemplo, em uma fala da promotora Fabíola Sucasas, referindo-se à saída temporária dos prisioneiros: “o Estado não tem nenhuma condição de fiscalizá-la”. Observamos também o argumento sobre o trabalho dos prisioneiros: segundo a revista, ele deve ser estimulado, mas não a ponto de diminuir suas penas, pois uma das soluções propostas por *Veja* é justamente ampliar o tempo mínimo de cumprimento. Junto com o isolamento, o trabalho é um agente de transformação carcerária, operando pelo princípio da ordem e regularidade. Ele requalifica o ladrão em operário dócil. Para Foucault (1979), a utilidade do trabalho é constituir uma relação de poder de forma econômica vazia, de um esquema de submissão individual e de seu ajustamento a um aparelho de produção.

São essas duas matérias iniciais do especial sobre Crime que exemplificam nossas categorias. “O Brasil que não pune...” é a representação da disciplina bloco de Foucault, a *instituição austera* – no caso, a prisão – que não castiga. Falha, portanto, em vigiar os criminosos do Estado. A solução é ampliar o número de prisões – em outras palavras, fortalecer o panóptico. “... e o Brasil que pune mal” serve de comparação à disciplina mecanismo de Foucault, aos *carcerários*, ou seja, aos policiais. A ideia é de que estes devem incrementar o poder de fiscalização das instituições austeras e punir de forma mais severa. Novamente, a solução é o panóptico para disciplinar.





Identificamos no Especial, outras matérias que exemplificam as duas disciplinas apresentadas por Foucault. Em “PCC: Primeiro Comando de Cocaína” e “Supermax para os supermaus” temos a *instituição austera*,

A primeira reportagem apresenta o PCC (Primeiro Comando da Capital, ou Cocaína, conforme o título dado pela revista) como “a maior organização criminosa em atividade no Brasil”. Traz alguns dados, como o seu número de componentes – 15.000 filiados em São Paulo –, a área que abrange o controle do tráfico de drogas – 40% do estado - e a movimentação da conta do PCC, superior a 36 milhões de reais. Estes números aparecem nas duas páginas de abertura da matéria, destacadas junto à imagem de um ônibus queimado.

Em linhas gerais, a matéria informa que o PCC tomou conta do estado de São Paulo e passou a pressionar o governo para obter “regalias”, conforme dito pela reportagem (por exemplo, institucionalizar a visita íntima). A criação da ONG Nova Ordem, patrocinada pelo PCC para discutir problemas de segurança pública em São Paulo, é vista como uma “ação de marketing”, não passando de um discurso politicamente correto, segundo a revista. Tal ideia é enfatizada no começo da reportagem, quando atesta que “o grupo se esforça para vender a ideia de que luta pela melhoria das condições de vida nos presídios. Nada mais falso. O principal objetivo do PCC é o mesmo do mais reles ladrão pé-de-chinelo: ganhar dinheiro fácil”<sup>9</sup>. Portanto, observa-se que os objetivos do PCC estão bem demarcados.

Além dos números que estampam as primeiras páginas, ainda há um infográfico nas duas páginas seguintes que explicam a estrutura da facção. Didaticamente, entendemos quem e quais são as funções do líder, cúpula, torre, e aí por diante. Explica-se o funcionamento do tráfico mesmo dentro da prisão, esmiuçadamente. Do mesmo modo que o infográfico nos torna familiar à operação do PCC, podemos entender que ainda há um distanciamento entre *nós* e *eles*: a imagem que representa o Comando traz homens anônimos, com seus rostos cobertos. Sabemos e não sabemos quem é o PCC, nos cabendo inferir, a partir de *Veja*, que ele representa uma ameaça. É a inversão do panóptico, pois o Primeiro Comando da Capital

---

<sup>9</sup> A ênfase no sucesso, na ambição e no consumo, especialmente na sociedade brasileira, está em desacordo com os meios aprovados para a conquista dessas metas, para a maioria dos indivíduos. Segundo o pensamento de Merton (1970), a estrutura social que não dispuser de seus dois níveis altamente integrados – objetivos culturais de êxito e meios institucionais para alcançá-los – está em condições anômicas e tem mais chances de ter uma sociedade com índices elevados de criminalidade. Em parte, podemos entender a lógica mertoniana, pois algumas estruturas sociais, de fato, fazem pressões sobre os indivíduos, estimulando-os a comportamentos não-conformistas. Uma dessas instituições seria a própria mídia, pressionando os indivíduos para que se esforcem em direção ao alcance de ambições definidas culturalmente. A imprensa também participa na elaboração de sentidos sociais para ações aceitáveis e condenáveis e, ao mesmo tempo, incute o medo como sintoma coletivo derivado das ações humanas violentas rotineiras.



passa a vigiar o restante da sociedade. O porquê nos é desconhecido, afinal, a discussão sobre os problemas de segurança pública é negada durante a reportagem.

A solução encontrada por *Veja* é promover o isolamento da cúpula do PCC em prisões de segurança máxima, restringindo o acesso de visitas. Cabe aqui a observação de Foucault (1987, p. 199) quanto à cadeia como local privilegiado para a realização do panóptico. E, assim como dito pela revista, o isolamento também é frisado pelo autor, pois a solidão é condição primária da disciplina: abafa complôs e impede futuras cumplicidades entre presos.

Portanto, as prisões como instituições austeras devem transformar os indivíduos através de uma exaustiva disciplina. Foucault (1987, p. 199) as entende como o local para onde vai o infrator que não lesou apenas a vítima, mas a sociedade inteira. A prisão, entendida como aparelho corretor do sujeito, tem de ser "a maquinaria mais potente para impor uma nova forma ao indivíduo pervertido; seu modo de aplicação é a coação de uma educação total". Os métodos para atingir esse fim podem ser o trabalho e o isolamento, como já citados, e também a vigilância máxima, conforme a prisão de Pelican Bay, tema da reportagem "Supermax para os supermaus".

A matéria da prisão de segurança máxima localizada nos Estados Unidos aparece próximo ao fim do Especial de *Veja*. Após a sucessão de modelos falhos de segurança, é, enfim, mostrado o que é considerado ideal pela revista. A comparação com o Brasil é recorrente, como em "ao contrário do que ocorre nas penitenciárias de segurança máxima brasileira (...)" e "situação bem diferente da do Brasil (...)". Culmina na última frase da reportagem - "O PCC e seus líderes não fariam o estrago que fazem se estivessem numa prisão como a supermax de Pelican Bay" - e no quadro comparativo de um presídio de Catanduva com o americano.

O argumento principal é a internalização do panóptico: os encarcerados estão sendo constantemente vigiados. Por saberem que alguém os vigia, teoricamente, disciplinam-se. Estão sendo vistos, embora não vejam; estão isolados uns dos outros, são monitorados por agentes e podem ter suas visitas gravadas. Foucault (1987, p. 249) escreve que o encarceramento é a defesa da sociedade panóptica. Nela, o delinquente não está fora da lei, mas,

desde o início, dentro dela, na própria essência da lei, ou pelo menos bem no meio desses mecanismos que fazem passar insensivelmente da disciplina à lei, do desvio à infração (...) a criminalidade não nasce nas margens e por efeito de exílios sucessivos, mas graças a inserções cada vez mais rigorosas debaixo de vigilâncias cada vez mais insistentes, por uma acumulação de coerções disciplinares.



A prisão, como um *continuum*, não seria um poder de outra natureza, mas uma intensificação de um mecanismo já existente. A partir do momento em que a forma-prisão é vista como modelo de justiça e as leis e sentenças como mecanismos disciplinares legais, a punição dos *carcerários* torna-se natural e legítima. Esta é a nossa segunda categoria. Os *carcerários* estão inseridos na disciplina mecanismo e incrementam o poder das instituições austeras. Utilizaremos as matérias “Policiais: os que se salvam têm receio de vestir a farda” e “A mais perfeita tradução de crime” para exemplificá-los. Em ambas as reportagens, a solução para o combate da criminalidade consiste na aplicação de punições mais severas.

Em “A mais perfeita tradução de crime”, discute-se a invasão das drogas na cidade de São Paulo e como elas se espalham para o restante do país, posteriormente. “São Paulo é a capital brasileira da criminalidade”, informa a frase de abertura do texto. Termos como “praga paulista” também auxiliam na compreensão da cidade como o pólo do mal no país, responsável pela disseminação dos problemas nos outros estados. Das soluções citadas pela revista, destacamos o panóptico disciplinador, presente no primeiro ponto: “criar um órgão central de inteligência para orientar o combate ao crime em São Paulo”. O endurecimento da legislação penal para integrantes de organizações e o aumento do número de policiais também são vistos como soluções para os problemas. A primeira relaciona-se com um ponto observado por Foucault (1987, p. 247) sobre os *carcerários*: eles devem assegurar a “comunicação qualitativa e quantitativa dos castigos” e colocar em série ou dispor “segundo ligações sutis as pequenas e grandes penas”. A segunda solução está ligada diretamente ao fracasso do panóptico: aumenta-se o número de policiais para que estes possam vigiar melhor a sociedade.

Tanto em “A mais perfeita tradução de crime” como em “Policiais: os que se salvam têm receio de vestir a farda”, imagens de policiais figuram nas páginas das matérias. Estes, por sua vez, aparecem à contraluz ou desfocados – é o mesmo tratamento dado aos integrantes do PCC na reportagem anteriormente analisada. Podemos interpretar as imagens como o inimigo sem rosto citado por Foucault (1987, p. 237), que torna aceitável o controle judiciário e policial da sociedade - este último, quando não corrupto. O caso da polícia, na verdade, recebe tratamento dúbio por *Veja*. Na segunda matéria, “Policiais: (...)”, frisa-se em gráficos os crimes mais cometidos por policiais corruptos, bem como números de membros expulsos de corporações. A matéria, no entanto, ressalta a história de um policial supostamente honesto, mas que teme assumir sua profissão por medo de ser morto por membros do PCC ou simplesmente pela falta de prestígio do seu cargo, perante a população. A imagem da reportagem é a sombra de um policial, um herói/inimigo anônimo. No entanto, podemos



interpretar o alto índice de rejeição aos policiais citados (56% da população têm mais medo do que confiança neles). O policial é considerado inimigo quando se corrompe para aliar-se aos bandidos; é herói a partir do momento que usa seus mecanismos punitivos, típicos do carcerário, para vigiar e disciplinar a sociedade. A punição é enfim vista com bons olhos, e precisa ser potencializada com mais olhares vigilantes e penas mais graves, conforme a ideia da disciplina mecanismo.

#### **4. Considerações finais**

Durante a análise, nos defrontamos com as marcas discursivas presentes nas reportagens: nas soluções-fins para os problemas discutidos, no “linguajar pedagógico” para o grande público a fim de discipliná-lo, nas estratégias persuasivas que a revista se utiliza tanto para convencer o leitor de que ela está certa, como para manter uma retórica neutra.

Podemos encontrar marcas discursivas que demonstram o sentido educador que *Veja* toma para si ao mesmo tempo em que rechaça minorias – favelados, por exemplo. É a ideia de “grupos”, como o mencionado, bem como tantos outros - mulheres, negros, nordestinos, homossexuais -, que servem de exemplos para a manutenção dos padrões de comportamento, pensamento e consumo. Padronizam-se os consumidores, ao mesmo tempo em que estes são segmentados em fatias de mercado: há o grupo dos adolescentes, dos drogados, dos fronteirços. A consequência se dá na ausência do tratamento das especificidades desses grupos, movimentos ou lutas sociais.

A realidade fragmentada impede que os sujeitos sociais se percebam como tal, mas apenas como grupos de consumo, produzindo uma identificação padronizada (SILVA, 2008). Esta é, basicamente, a ideia de cultura da mídia, proposta por Kellner (2001) – ela fornece material para que o leitor possa construir seu senso de classe, etnia, sexualidade, raça, representações do outro, definir o que é bom ou mau, moral ou imoral. Através de mitos e narrativas, a mídia constrói-se uma cultura comum para a maioria dos indivíduos de diversas partes do mundo.



## 5. Referências bibliográficas:

- AULETE, Caldas. **Dicionário Caldas Aulete da Língua Portuguesa: edição de bolso**. 2ª edição, Rio de Janeiro: Lexikom Editora Digital, 2008.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BECKER, Howard. **Outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 16 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GOMES, Mayra. **Poder no Jornalismo: Discorrer, Disciplinar, Controlar**. São Paulo: Hacker Editores, Edusp, 2003.
- KELLNER, Douglas. **A Cultura da Mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- MERTON, Robert K. **Estrutura Social e Anomia. Sociologia: teoria e estrutura**. São Paulo: Mestre Jou, 1949/1970.
- PENA, Felipe. **1000 Perguntas sobre Jornalismo**. Rio de Janeiro: Editora Rio, 2005.
- MUSUMECI, Leonarda. Estatísticas de segurança: para que servem e como usá-las. In RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e Violência: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.
- SILVA, Carla Luciana. **O admirável mundo de Veja: influências sociais de uma revista de informação**. História Actual On-Line, v. 15, p. 89-105, 2008.
- SILVEIRA, Ada Machado. Modos de ver e devorar o outro: a ambivalência na cobertura jornalística das periferias. **Ghrebh-**, v. 14, 2009.
- VALSINER, Jaan. **Fundamentos de uma psicologia cultural: mundos da mente, mundos da vida**. Porto Alegre: Artmed, 2012.
- VAZ, Paulo. Da pobreza à barbárie: a mudança na imagem da favela no noticiário de crime. **Imagens da cidade: Espaços urbanos na comunicação e culturas contemporâneas**. Porto Alegre: Sulina, 2006.